



OFÍCIO - CIRCULAR N.º 018/2001 - 16/02/2001

REF.: CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO - SETOR PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA

Prezados Senhores:

Comunicamos aos senhores, que a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Estado de São Paulo, celebrou Convenção Coletiva de Trabalho com o **Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria, Produtos de Cacau e Balas, Doces e Conservas Alimentícias de Campinas e Região**, para reajustamento dos salários e novas condições, conforme cláusulas seguintes:

1. Reajustamento e aumento salarial: Sobre os salários vigentes em 1º de novembro de 1999, será aplicado, a partir de 01.11.2000, o percentual negociado entre as partes de **8%** (oito por cento), correspondente ao período de 01.11.1999 à 31.10.2000. As diferenças decorrentes do percentual a ser aplicado em 01.11.2000, referentes aos meses de novembro/2000, dezembro/2000, janeiro/2001 e fevereiro/2001 e eventualmente do pagamento do 13º salário, deverão ser pagas ao trabalhador até o dia 28 de fevereiro de 2001.

2. Salário Normativo: Fica assegurado para os empregados abrangidos por esta Convenção Coletiva, um salário normativo que obedecerá aos seguintes critérios:

a) para as empresas que contavam em 31.10.2000, com até 60 empregados, o salário normativo, a partir de 01.11.2000, será de R\$ **340,92** (trezentos e quarenta reais e noventa e dois centavos), para 220 horas mensais, ou semanalmente o equivalente a 44 horas;

b) para as empresas que contavam em 31.10.2000, com mais de 60 empregados, o salário normativo, a partir de 01.11.2000, será de R\$ **368,22** (trezentos e sessenta e oito reais e vinte e dois centavos) para 220 horas mensais, ou semanalmente o equivalente a 44 horas.

c) Estão excluídos desta garantia os menores aprendizes, na forma da lei.

3. Compensações: Serão compensados todos os reajustes, antecipações e aumentos, espontâneos ou compulsórios, concedidos no período de 01.11.99 até 31.10.2000. Não serão compensados os aumentos decorrentes de promoção, transferência, término de aprendizagem, equiparação salarial e aumentos reais.

4. Admissões após a data-base (01.11.99): Aos empregados admitidos após 01.11.99, deverão ser observados os seguintes critérios:

a) Nos salários dos admitidos em funções com paradigma (Paradigma é aquele que exerce função idêntica a de outro, porém, com tempo inferior a dois anos daquele admitido após a data-base), e previsto na cláusula 1ª desta convenção, desde que não ultrapasse o menor salário da função.

b) Em se tratando de funções sem paradigma e para as empresas constituídas após 01.11.99, serão aplicados os percentuais indicados na tabela abaixo, por mês trabalhado, entendendo-se como mês completo a fração igual ou superior a 15 dias



incidentes sobre os salários de admissão, observadas as compensações previstas na cláusula 3ª supra:

<u>Mês de Admissão</u>	<u>Percentual</u>
Novembro/1999	8,00%
Dezembro/1999	7,33%
Janeiro/2000	6,67%
Fevereiro/2000	6,00%
Março/2000	5,33%
Abril/2000	4,67%
Maio/2000	4,00%
Junho/2000	3,33%
Julho/2000	2,67%
Agosto/2000	2,00%
Setembro/2000	1,33%
Outubro/2000	0,67%

5. Empregado acidentado: Ao empregado afastado do serviço por acidente do trabalho, percebendo o respectivo benefício previdenciário, será garantido o emprego, 12 meses após a cessação do Auxílio-Doença acidentário, enquanto vigorar a Lei n.º 8.213/91.

6. Salário do Substituto: Garantia ao empregado admitido para a mesma função de outro dispensado sem justa causa, de igual salário ao menor salário pago na função, sem considerar as vantagens pessoais, ficando excluídas desta garantia as funções individualizadas, ou seja, administrativas, de gerência e de supervisão, esta última não abrangendo os trabalhadores da produção.

7. Gestante: Fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até 5 meses após o parto.

8. Salário Substituição: Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter eventual, o substituto receberá o salário do substituído excluídas as vantagens pessoais.

9. Carta-aviso: Entrega, contra-recibo, de carta-aviso de dispensa ao empregado demitido sob a acusação de prática de falta grave.

10. Empregado em idade militar: Estabilidade provisória ao empregado em idade de prestação do serviço militar, desde o seu alistamento até a incorporação e nos 30 dias após o desligamento da unidade militar ou tiro de guerra, salvo nas hipóteses de contrato a prazo determinado, inclusive de experiência, rescisão por justa causa e pedido de demissão.

11. Uniformes: Fornecimento gratuito, pelo empregador, de uniformes, fardamentos e demais peças de vestimentas, sempre que exigidos para a execução do trabalho ou, por lei.

12. Comprovantes de Pagamento: Fornecimento de comprovantes de pagamento contendo a identificação do empregador e, discriminadamente a natureza e o valor das importâncias pagas e descontos efetuados, inclusive os recolhimentos do FGTS.



13. Atestados Médicos: Aceitação compulsória dos atestados médicos e odontológicos passados pelo ambulatório das Entidades dos Trabalhadores, enquanto mantiverem convênio com a Previdência Social.

14. Homologações: Homologação das rescisões contratuais no prazo máximo de 10 dias contados a partir do último dia trabalhado, ou da notificação da dispensa imotivada, sem cumprimento do aviso prévio trabalhado, sob pena de pagamento da multa prevista na lei n.º 7.855/89, ressalvadas as hipóteses de culpa do órgão homologador, do banco depositário do FGTS, ou do não comparecimento do empregado.

15. Fornecimento de Atestados e Afastamento de Salário: Por ocasião das quitações dos contratos de trabalho, salvo nas hipóteses de rescisão por justa causa, as empresas fornecerão, contra recibo, o AAS para fins previdenciários, devidamente preenchidos e assinados. Ocorrendo desligamento sob a alegação de prática de falta grave, o AAS será entregue, mediante solicitação por escrito do empregado.

16. Férias: a) O início das férias será sempre no primeiro dia do mês de sua concessão, salvo se o empregado vier a solicitar o seu início em outro dia, ainda, se coincidir com seu dia de folga ou descanso, caso em que o início fica transferido para o primeiro dia imediatamente posterior ao da sua folga ou descanso.

b) Caso as férias já comunicadas ao empregado sejam canceladas por ato do empregador, este indenizará ao empregado as despesas comprovadamente realizadas com a compra de passagens e reserva de estadia.

17. Mensalidades Associativas: Obrigatoriedade das empresas descontarem as mensalidades associativas, desde que notificadas pelas entidades sindicais dos trabalhadores, às quais cumprirá remeter às empresas os recibos, sempre com antecedência de 30 dias anteriores ao desconto. Efetuado o desconto, a empresa procederá ao recolhimento, no prazo de 10 dias ao banco indicado pela respectiva entidade sindical que, necessariamente, deverá ser escolhido dentre aqueles que possuam o maior número de agências bancárias no Estado de São Paulo.

18. Estudante: Abono de falta ao estudante, para a prestação de exames escolares, mediante prévia comunicação ao empregador e posterior justificação.

19. Horas Extras: As horas extraordinárias serão pagas com o acréscimo de 60%, (sessenta por cento), sobre o valor da hora normal.

20. Quadro de Avisos: As empresas colocarão à disposição da Entidade Sindical um quadro de avisos destinado à fixação de comunicados e informações de interesse dos trabalhadores, os quais serão assinados por diretor da entidade, vedada a divulgação de matéria político-partidária ou ofensiva a quem quer que seja, bem como a que contrarie a legislação vigente.

Parágrafo único: As empresas afixarão, igualmente, no quadro de avisos previsto nesta cláusula, matéria alusiva às campanhas de sindicalização das entidades profissionais.

21. Prêmio ao Empregado em Vias de Aposentadoria: Ao empregado que for dispensado sem justa causa e estiver a um máximo de 12 meses da aquisição do direito à aposentadoria, assim como conte com um mínimo de 4 anos na mesma



empresa, fica assegurado o reembolso das contribuições comprovadamente por ele feitas à Previdência Social, com base no último salário reajustado até o limite de 12 meses, caso não consiga outro emprego dentro desse prazo.

Parágrafo único: Para se beneficiar deste direito o empregado deverá comunicar à empresa, por escrito, a sua intenção, até 30 dias após a sua dispensa.

22. Trabalho em dias de repouso: As horas trabalhadas em dias de repouso, quando não houver a concessão de folga compensatória, serão pagas com acréscimo de 100%, independentemente do pagamento do repouso adquirido.

23. Adiantamento Salarial (Vale): Mantidas as condições atuais mais favoráveis, as empresas nos 15 dias posteriores ao pagamento do salário do mês anterior, concederão aos seus empregados, que assim optarem, adiantamento salarial (vale) de, no mínimo, 40% do valor da remuneração mensal, desde que o empregado a ele já tenha feito jus no período correspondente.

24. Intervalo inter-jornadas: Fica garantido aos empregados o intervalo mínimo de 11 horas consecutivas para descanso, entre duas jornadas de trabalho.

25. Auxílio-Funeral: Na ocorrência de morte, a empresa pagará aos dependentes do empregado falecido um Auxílio-Funeral equivalente a 2 salários normativos previstos nesta Convenção, desde que o empregado, ao falecer, esteja a serviço da empresa, pelo menos, há 1 (um) ano. Não se aplica esta cláusula à empresa que adote o sistema de seguro de vida em grupo.

26. Extrato do FGTS: Rescindido o contrato de trabalho, as empresas fornecerão ao empregado, no ato da homologação da rescisão do contrato, o extrato de sua conta vinculada no FGTS.

27. Relação Anual de Informações (RAIS): As empresas remeterão às respectivas entidades sindicais dos trabalhadores cópia da RAIS no prazo máximo de 60 dias após a sua entrega na repartição competente.

28. Caixa de primeiros socorros: As empresas deverão manter em local apropriado, e de fácil acesso, caixa de primeiros socorros, a qual conterà os medicamentos básicos.

29. Anotações na CTPS: Os empregados contratados para exercerem funções qualificadas ou, quando para tanto promovidos, terão no prazo máximo de 48 horas, a anotação específica da função em suas carteiras (CTPS).

30. Ausências Justificadas: Os empregados poderão faltar ao serviço e terão suas ausências abonadas, sem qualquer desconto salarial, inclusive sem repercussão no DSR, nas férias e no 13º salário, nas hipóteses previstas no artigo 473 da CLT e por 1 dia, nos casos de falecimento de sogro(a), desde que apresente, posteriormente, a respectiva certidão de óbito.

31. Obtenção de Documentos: O empregado não sofrerá desconto do DSR correspondente, quando sua ausência se fundamentar em obtenção de documentos estritamente pessoais, mediante a devida comprovação.

32. Mão de Obra de Terceiros: Na execução dos serviços da sua atividade produtiva, as empresas não poderão se valer senão dos trabalhadores por elas contratados sob o regime da CLT salvo nos casos definidos na Lei n.º 6.019, de 03 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas.



33. Vale-transporte: As empresas, nos termos da legislação vigente (Leis n.ºs 7.418/85 e 7.619/87, bem como o Decreto n.º 95.247/87), obrigam-se a fornecer a seus empregados, quando for o caso, o imprescindível vale-transporte.

34. Adicional Noturno: No período noturno, compreendido entre as 22:00 horas de um dia às 05:00 horas do outro dia, incidirão o adicional noturno de 30% (trinta por cento), calculado sobre a hora normal do trabalho diurno.

35. Adotantes: As empresas concederão licença remunerada de 30 dias para os empregados que, comprovadamente, vierem a adotar crianças na faixa etária de até 6 meses.

36. Contribuição Assistencial: a) Para os trabalhadores representados pela Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Estado de São Paulo e pelos Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de: **Araras, Barretos, Campinas, Itapira, Jaboticabal, Jundiaí, Limeira, Mococa, Mogi-Mirim, Olímpia, Piracicaba, Porto Feliz, Porto Ferreira, Ribeirão Preto, Rio Claro, Santa Rita do Passa Quatro e Tapiratiba**, será descontada a seguinte contribuição assistencial, do salário já reajustado de todos os trabalhadores abrangidos por esta Convenção, associados ou não, na forma adiante, com exceção dos empregados admitidos além das datas previstas, que serão descontados no primeiro mês completo de trabalho, devendo as empresas procederem ao recolhimento da contribuição a respectiva entidade sindical dos trabalhadores até o dia 14 (quatorze) do mês seguinte ao descontado, a saber: - 5% em março de 2001 recolhida até 30.03.2001, caso não tenha a empresa efetuado o desconto em novembro/2000, com o conseqüente recolhimento em dezembro/2000; - 5% em agosto de 2001 recolhida até 14.08.2001.

37. Comprovante de Contribuição: Nas homologações feitas no Sindicato dos trabalhadores, além dos documentos exigidos por lei, fica obrigatório a apresentação das guias das contribuições recolhidas previstas em acordo, tanto as do Sindicato dos trabalhadores, como dos empregadores para total efetivação da homologação.

38. Abrangência: As condições ajustadas na presente Convenção aplicam-se em sua totalidade aos empregados que prestam serviços no âmbito das empresas abrangidas pelas entidades convenientes, independentemente das funções por eles exercidas, respeitadas as categorias diferenciadas.

39. Prorrogação, Revisão, Denúncia ou Revogação: O processo de revogação, revisão, denúncia ou revogação, total ou parcial desta Convenção Coletiva de Trabalho, ficará subordinado às normas estabelecidas pelo artigo 615 da CLT.

40. Multa: Multa de 2% (dois por cento) do salário normativo previsto neste instrumento e vigente na época da infração, por empregado, por violação das obrigações de fazer contidas na presente Convenção Coletiva de Trabalho, revertida a favor da parte prejudicada. A presente multa não se aplica nos casos da cláusula trigésima sexta.

41. Divergências: Será competente a Justiça do Trabalho para dirimir quaisquer divergências na aplicação da presente Convenção Coletiva de Trabalho.



SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE CERVEJA E REFRIGERANTES, TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ, DE CAFÉ SOLÚVEL, DE LATICÍNIOS E PRODUTOS DERIVADOS, DE MASSAS, ALIMENTÍCIAS E BISCOITOS, DE DOCE E CONSERVAS, DE FARINACEOS E ÓLEOS ALIMENTÍCIOS DE RAÇÃO, DE CARNES E DERIVADOS, ABATEDOUROS, PANIFICADORAS E CONFEITARIAS E DA ALIMENTAÇÃO EM GERAL E AFINS DE CAMPINAS, VALINHOS, SUMARÉ, INDAIATUBA, JAGUARIÚNA PAULÍNIA, MONTE MOR, SALTO E ITU

RUA JOSÉ PAULINO, 172 - CENTRO - FONE : PABX (0192) 32-2855
FAX: (0192) 32-2703 - CAMPINAS - ESTADO DE SÃO PAULO - CEP 13.013-000

CGC-MF 46.070.678/0001-41

INSCR. EST. ISENTA

6

42. Vigência: As cláusulas e condições desta Convenção vigorarão de 01 de novembro de 2000 até 31 de outubro de 2001.

RECOMENDAÇÃO SOBRE O DIA DO TRABALHADOR DA

CATEGORIA: Recomenda-se às empresas lembrarem como data do trabalhador em Panificação e Confeitaria, o **Dia 13 de JUNHO**.

Sendo o que se o apresenta para o momento, despedimo-nos.

Atenciosamente

MANOEL MARTINS
Presidente